

SOPROS, LATIDOS E SUSSURROS: A PREPARAÇÃO DE CÃES DE CAÇA ENTRE O POVO GALIBI MARWORNO

RAMIRO ESDRAS CARNEIRO BATISTA

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

CLAUDIANE DE MENEZES GOMES

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

CLÉBIO FORTE

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Aceptado para publicación el 18 de mayo de 2026

Resumo

A história do uso e incorporação de cachorros nas sociedades indígenas do presente é marcada por muitas controvérsias, desde uma presumida origem pré-colombiana, encontrada em documentos de navegadores de época que coincidem com narrativas indígenas, até a hipótese de não existência de cães domesticados em posse de caçadores ameríndios, antes que se estabelecessem redes de escambo que os permitissem adquiri-los dos colonizadores. Desta maneira, o presente artigo consiste na interlocução entre intelectuais indígenas e não indígenas, diante de memórias e narrativas sobre a origem e o desenvolvimento das relações entre humanos e cães no recôndito amazônico em que se reterritorializou o povo Galibi Marworno, da atual fronteira franco-brasileira, situada no município de Oiapoque/Amapá. Para tanto, recorre-se a práticas mnemônicas e pictográficas de pesquisadores ameríndios, que possibilitam o conhecimento, a documentação e a tradução do que pode ser considerada uma versão originária da inauguração da relação entre humanos e cães no Baixo rio Oiapoque. As técnicas, os sopros e os latidos oriundos da memória indígena são sobrepostos a outras camadas de experiência etnográfica, possibilitando um diálogo intercultural e pluriepistêmico que enseja uma versão etnicamente referenciada de parte da história ecológica e ambiental da Amazônia guianense.

Palavras-chave: cães de caça, familiarização de cachorros, memória indígena, povo Galibi Marworno.



SOPLOS, LADRIDOS Y SUSURROS: LA PREPARACIÓN DE PERROS DE CAZA ENTRE EL PUEBLO GALIBI MARWORNO

Resumen

La historia del uso y la incorporación de perros en las sociedades indígenas contemporáneas está marcada por numerosas controversias, que van desde un presunto origen precolombino, registrado en documentos de navegantes de la época que coinciden con narrativas indígenas, hasta la hipótesis de la inexistencia de perros domesticados en posesión de cazadores amerindios antes del establecimiento de redes de intercambio que posibilitaron su adquisición de los colonizadores. En este contexto el presente artículo se configura como un espacio de interlocución entre intelectuales indígenas y no indígenas a partir de memorias y narrativas sobre el origen y el desarrollo de las relaciones entre humanos y perros en la remota región amazónica donde el pueblo Galibi Marworno se reterritorializó en la actual frontera franco-brasileña, en el municipio de Oiapoque, Estado de Amapá. Para ello, se recurre a prácticas mnemónicas y pictográficas desarrolladas por investigadores amerindios que permiten el conocimiento, documentación y traducción de lo que puede considerarse una versión originaria del surgimiento de la relación entre humanos y perros en la región del bajo río Oiapoque. Las técnicas, los soplos y los ladridos provenientes de la memoria indígena se superponen a otras capas de experiencia etnográfica, posibilitando un diálogo intercultural y pluri-epistémico que da lugar a una versión étnicamente referenciada de parte de la historia ecológica y ambiental de la Amazonía guayanesa.

Palabras clave: perros de caza, familiarización de perros, memoria indígena, pueblo Galibi Marworno.

BLOWS, BARKS, AND WHISPERS: THE PREPARATION OF HUNTING DOGS AMONG THE GALIBI MARWORNO PEOPLE

Abstract

The history of the use and incorporation of dogs in contemporary Indigenous societies is marked by numerous controversies, ranging from a presumed pre-Columbian origin, attested in early navigators' accounts that converge with Indigenous narratives, to the hypothesis that domesticated dogs were absent among Amerindian hunters prior to the establishment of exchange networks that enabled their acquisition from colonizers. In this context the present paper is grounded in a dialogue between Indigenous and non-

Indigenous intellectuals, drawing upon memories and narratives concerning the origin and development of human–dog relations in the remote Amazonian region where the Galibi Marworno people reterritorialized, along the present-day Franco-Brazilian border, in the municipality of Oiapoque, in the state of Amapá. To this end, the study engages with mnemonic and pictographic practices developed by Amerindian researchers, which enable the knowledge, documentation, and translation of what may be regarded as an original account of the emergence of human–dog relations in the lower Oiapoque River region. Techniques, blows, and barks derived from Indigenous memory are superimposed onto other layers of ethnographic experience, fostering an intercultural and pluriepistemic dialogue that gives rise to an ethnically grounded version from the ecological and environmental history of the Guianese Amazon.

Keywords: hunting dogs, dog familiarization, Indigenous memory, Galibi Marworno people

Introdução

Mesmo sendo parte constituinte de uma história ecológica relativamente desconhecida da produção científica hodierna, o Caribe amazônico pode ser caracterizado como um centro de difusão de plantas e animais, dada a complexidade de seu passado colonial. Trata-se, ainda, de um território cuja história ecológica e ambiental guarda traços de um processo de antropogenização do patrimônio florestal operacionalizado com profundidade no tempo e no espaço, o que segue sendo reificado pelos cultivares agroflorestais e as distintas atividades de caça e coleta dos povos guianenses no presente (Ramos et al., 2023; Vander Velden, 2018a). São fazeres, saberes e intervenções que contribuíram e seguem colaborando para a segurança alimentar e o bem viver dos povos amazônicos, por meio de difusa rede de trocas e dispersão de sementes e animais melhor adaptados à convivência humana.

Vale mencionar que parte dessa história ecológica se encontra registrada nas entrelinhas da literatura colonial relacionada à invasão do Caribe, desde o longínquo período quinhentista, ocasião em que potências mercantis como a Holanda, a Inglaterra e a França guerrearam contra os ibéricos pelo domínio da costa atlântica guianense (Sarney e Costa, 1999). A história do mercantilismo globalizado que patrocinou a invasão de territórios guianenses situados entre a foz do rio Oiapoque e a ilha de Caiena é amplamente baseada no que hoje classificaríamos como práticas de espionagem e biopirataria, o que caracterizou o modo de operar das companhias mercantis que deslocaram uma quantidade desconhecida de plantas e animais por meio do tráfico marítimo, com o objetivo de consolidar suas possessões coloniais e dinamizar o comércio, inaugurando, desta manei-



ra, uma intrincada rede de relações ecológicas, demográficas e econômicas constituintes do território em tela até o presente (Wolf, 2005).

Para a região alvo de nosso estudo, sabe-se que franceses e holandeses foram os primeiros a travar conflitos armados pelo domínio de uma faixa costeira guianense que se mostraria como um entreposto essencial para viabilizar o pretendido domínio do comércio global. Lugares e entrepostos que se consolidariam como espaços aptos ao tráfico, aclimação, plantio e melhoramento do patrimônio botânico e faunístico capturado por meio das guerras coloniais ao redor do mundo, sobretudo de plantas e sementes que potencializariam o desenvolvimento de um comércio ultramarino, do qual o café¹ e o tabaco são os exemplos mais paradigmáticos.

Os registros coloniais demonstram que desde as ilhas caribenhas de posse francesa até a região do Baixo rio Oiapoque, atual fronteira franco-brasileira na Amazônia, o plantio de tabaco e café viabilizado pela mão de obra escravizada de indígenas e africanos mudou para sempre o padrão de ocupação territorial e a demografia de seus povos originários (Barreto, 2016; Visigalli e Sarge, 2001), fazendo desaparecer uma miríade de grupos étnicos e seu respectivo sistema de cacicados regionais² dos quais nos dão testemunho o estado da arte da arqueologia auscultada na região (Migeon, 2016; Neves, 2006).

Por razões inerentes ao colonialismo, que perpassa a produção historiográfica, nos falta a versão ameríndia deste palmilhar ecológico e ambiental, composto por diferentes grupos de pessoas, em suas interações com os outros não humanos do território, assunto sobre o qual nos debruçamos neste artigo a partir da consulta à memória indígena. Para tanto, tomaremos a análise das memórias e narrativas do povo Galibi Marworno³ referentes à suposta familiarização de uma cepa de canídeos silvestres —por eles designados como os saro saroro⁴— que teria sido realizada em um tempo mito-histórico por seus caçadores. Embora o estado da literatura considere como certa a ausência de domesticidade em canídeos nas terras baixas da América do Sul (Segura e Sánchez-Villagra, 2021).

1 A crônica historiográfica legada pela era colonial guianense demonstra que a planta (*Coffea arábica*), guardada a sete chaves pelos luízes franceses, foi posteriormente introduzida no Brasil com desdobramentos econômicos notáveis “a partir da vizinha Guiana Francesa”, por intermédio de um pitoresco caso extraconjugal ocorrido entre um oficial luso-brasileiro e a esposa do governador da Guiana colonial (Chanda, 2011, p. 145).

2 Utilizamos livremente do termo “cacicado” por sua intrínseca relação com os estudos de história ambiental na região das guianas. Cumpre lembrar que o conceito tem sido alvo de severas críticas por supostamente enfeixar uma enorme variabilidade de arranjos políticos e sociais originários a partir de um modelo unilinear (Machado, 2006).

3 O povo Galibi Marworno constituiu-se de uma população heterogênea descendente tanto de grupos de origem Caribe quanto Aruaque e atualmente constitui um dos coletivos demograficamente importantes dentre as etnias do Baixo Oiapoque. No curso do século XX sabe-se que foram impactados pela incorporação de distintas ondas de população afro-guianense refugiada, além do contato eventual com frentes extrativistas compostas de pessoas “brancas” advindas da Amazônia brasileira (Batista, 2023; Vidal, 2001).

4 Pela morfologia descrita combinada a ocorrência na fauna local o Saro saroro designa, muito provavelmente, o *Speothos venaticus*, canídeo silvestre conhecido no Brasil como cachorro do mato ou cachorro vinagre.



Existem diferentes registros que dão suporte à narrativa mnemônica ameríndia no sentido de que viajantes e exploradores de época detectaram a presença de perros mudos na companhia de líderes nativos em diferentes lugares do Caribe (Sthal, 2013; Todorov, 2003).

Essa perspectiva induz a identificar um processo próprio de incorporação de plantas e animais junto às culturas indígenas como um caminho não linear e tampouco definitivo, processo dinamizado pela invasão colonial e a consequente circulação do patrimônio biológico traficado. Assim, a narrativa do saro saroro faz pensar em um experimento de familiarização ou amansamento de canídeos silvestres sendo praticado por pessoas especializadas da sociedade Galibi, que inclusive levam em consideração a agência e o comportamento dos não humanos no processo.

Sobre a prevalência de comportamentos e vontades das espécies não humanas que se somam ao sucesso ou fracasso da familiarização, vale lembrar o sintomático caso dos Dinga australianos (*Canis lupus dingo*), espécie de canídeo selvagem cujo status taxonômico atual é alvo de debate científico. O Dinga é um não humano exemplar por se tratar de um canídeo silvestre que descende de cães domésticos, com uma história não linear de relação com os humanos, pois já se sabe que percorreram um caminho inverso ao da domesticidade antes experimentada, assumindo, no ambiente australiano, um comportamento social similar ao dos lobos selvagens. Este exemplo nos insta a pensar em uma história ecológica que considera a agência de espécies outras nas pretendidas relações de mutualidade.

Desta maneira, nossa reflexão consiste na interlocução entre intelectuais indígenas e não indígenas que intentam alinhar narrativas sobre a origem e o desenvolvimento das relações entre humanos e cães no recôndito da Amazônia em que se reterritorializou o povo Galibi Marworno em resposta à inauguração das possessões ultramarinas europeias no escudo guianense. Para tanto, recorreremos às práticas mnemônicas e pictográficas ameríndias que possibilitaram a documentação e a tradução do que consideramos uma versão originária da história ecológica da região em tela. Assim, os sopros e os latidos constantes da memória anciã são sobrepostos a outras camadas de experiência etnográfica dos autores, possibilitando um diálogo intercultural que, mesmo atravessado por algum estranhamento epistêmico, pode ensejar uma tradução adequada das alteridades e perspectivas envolvidas em uma historicidade ecoambiental desde a calha baixa do rio Oiapoque.

Vestígios de uma história ambiental etnicamente referenciada

O talvegue do rio Oiapoque, que atualmente delimita a fronteira entre o estado brasileiro do Amapá e o departamento francês da Guiana, é um espaço historicamente conformado por intensa circulação de povos ameríndios que ali se reterritorializaram de forma ininterrupta, em resposta à pressão colonial. Etnograficamente, a região pode ser caracteri-



zada como uma área cultural em que as histórias, as territorialidades e os fazeres etnicamente diferenciados adquirem sentido amplo, quando contrastivamente comparados (Tassinari, 2003). Trata-se de práticas culturais por definição interdependentes, porque circunscritas a uma área cultural guianense comum, onde cada um dos grupos étnicos pratica diferentes formas de distinção entre si, a exemplo da visão particular de cada um acerca de nuances de sua história ambiental, narrada em ritos que buscam evidenciar o protagonismo de cada povo (Batista, 2020).

A amplitude socioambiental da região do baixo Oiapoque também pode ser inferida pela análise de seus variados componentes de contatos interétnicos, em que as evidências arqueológicas ajudam a perceber uma história humana e ambiental de grande profundidade sendo conformada no tempo-espço guianense. Sob essa perspectiva, o enclave territorial situado na calha do rio Oiapoque é um dos lugares-chave para se investigar a história ambiental da Amazônia, visto que nela foi possível identificar a continuidade de ocupação de sociedades ameríndias do passado que prevalecem na contemporaneidade. A exemplo dos povos de origem Caribe e Aruaque que atualmente habitam as três terras indígenas do município de Oiapoque/Amapá/Brasil (Saldanha e Cabral, 2014).

Esse espaço de ligação aquática entre o platô guianense e a zona circum-caribenha reflete a diversidade socioambiental e cultural que compõe sua história de longo alcance, apontando para a história social de seus povos que prevalecem na atualidade. Por exemplo, o estudo dos estilos cerâmicos que tentam relacionar evidências materiais aos lugares e grupos étnicos, com a prevalência de monumentos megalíticos e fúnebres constantes da região, perpassa a produção de pesquisadores como Emílio Goeldi, Betty Meggers e Denise Schaan, conforme assinala Rostain (2011). Os resquícios arqueológicos demonstram a relação entre grandes aldeias fortificadas, megalitos erigidos por povos em federação, além do mapeamento de monumentos fúnebres que, no caso da ilha continental do Amapá, são classificados como a cultura Aristé que prevaleceu na faixa costeira do atual ente federado brasileiro por aproximadamente mil anos, entre o século VIII e o XVIII da era cristã.

Em que pese o conhecimento prévio de que matrizes-chave para a agricultura moderna, como a mandioca, o amendoim e o milho, são produto de seleção genética empreendida por distintos povos originários que humanizaram áreas de abundância restrita no interior dos biomas amazônicos (François, 2003; Froment, 2003; Guffroy, 2003), as ferramentas conceituais para abordar essa história ecológica de longa duração podem apresentar-se insuficientes e, em alguma medida, colonizantes. Quando confrontadas à memória e à respectiva historicidade dos povos amazônicos no que respeita à sua cadeia de simbioses e relações com não humanos (Batista, 2023).

Para além da incorporação de plantas “selvagens” ao mundo da cultura, outra face importante dessa história ecológica trata do que a literatura etnológica denomina de animais familiarizados (Vander Velden, 2018b), mas muitos povos amazônicos tratam gene-



ricamente como seus xerimbabos (animais físicos e/ou espirituais de estimação). Estes animais —nativos ou introduzidos por meio das guerras de invasão colonial — são amansados ou tornados familiares por meio do trabalho especializado dos pajés, constituem o cerne de nossa análise, que objetiva discutir uma narrativa de captura e incorporação de filhotes de canídeos supostamente selvagens para posterior transformação em seres aptos à cooperação com humanos.

A abordagem esbarra na premissa ocidental da domesticidade, quando considerada em perspectiva unilateral e antropocêntrica, como se os humanos fossem a única espécie que importa e age no curso do processo de aproximação entre as espécies (Cunha, 2019). Este criticado entendimento utilitarista acerca da intervenção nativa nos sistemas de biodiversidade amazônica tem se mostrado insuficiente, sobrepondo um entendimento exógeno sobre uma ancestral rede de relações com o objetivo de compor uma narrativa científica acerca da incorporação do patrimônio biológico da floresta às distintas sociedades indígenas.

Conforme discutiu-se em artigo anterior (Ramos et al., 2023), a conceituação Ocidental que considera a domesticação como um processo evolutivo unilateral de alteração genética deliberadamente praticado sobre organismos, a fim de torná-los dependentes da ação antrópica. Isso pode não se alinhar com a noção indígena de trazer para a rede de relações familiares (ou tornar parente) o ser com quem se deseja celebrar um pacto de mutualidade para a manutenção da vida boa, ou, se quisermos melhor definir, do bem viver (Acosta, 2016).

Nesse sentido, é possível afirmar que uma sobreposição do pensamento ecológico e ambiental ocidentalizado sobre os sistemas de convivência e mutualidade agroflorestal engendrados no interior das Amazônia nada mais é que a expressão do colonialismo epistêmico, que essencializa, ao invés de revelar, as histórias recentes e remotas acerca de um desejado conhecimento do sócio-eco-ambientalismo amazônida. Por outro lado, é sabido que referências acerca do tema, quando produzidas a partir do diálogo com as epistemologias originárias, têm demonstrado que diferentes povos indígenas celebram alianças e familiaridades com os não humanos a partir de acordos xamânicos. Interação que leva em consideração a agência e a multivocalidade dos seres com quem buscam proximidade, o que aponta para a possibilidade da existência de uma modalidade de sociopolítica ameríndia similar a um perspectivismo ecoambiental (Labontê et al., 2021; Ramos et al., 2023).

Das relações entre caribes, aruaques e caninos

Um questionamento importante para pensar as narrativas indígenas relativas ao que o ocidente chama de história ambiental está posto na crítica a um suposto determinismo ecológico guianense, outrora utilizado para explicar a territorialidade das populações



amazônicas do passado. Essa premissa foi ultrapassada por uma arqueologia de base processualista que entende o bioma como importante elemento para explicar o comportamento dos grupos humanos, mas que não os condiciona, visto que a paisagem também é uma produção dos seres que nela habitam. Nesse sentido, pode-se afirmar que a amplitude das redes sociais —humanas e não humanas— a que estariam ligados determinados grupos étnicos tende a ser mais significativa para o seu desenvolvimento, do que uma aludida limitação ambiental (Schaan, 2007).

Para um ambiente guianense impactado por cinco séculos de invasão colonial, essas limitações ou condicionamentos ambientais tornam-se ainda mais enganosos, tendo em vista que o patrimônio biológico local é continuamente acrescido de outras cepas de vida transplantadas pelo tráfego marítimo, aí inclusas possíveis levas de cães domesticados. Nesse sentido, pode-se afirmar que a história ecológica guianense é uma história essencialmente política e, ainda, que políticas são as relações empreendidas entre seus seres. Peter Riviére (2001) afirma que os povos guianenses constituem uma grande sociedade em que a vida social dos animais e dos espíritos da floresta caminham em paralelo com a vida dos seres humanos. Essa ênfase dos povos caribenhos em uma cosmopolítica que caracteriza uma sociabilidade que busca as trocas com o outro⁵, em detrimento da predação, trata-se de uma percepção etnográfica que pode lançar luzes sobre a narrativa que tomaremos a análise.

Para efeito comparativo, à narrativa Galibi Marworno (Karib) também discutimos aspectos da familiarização de cães entre um povo vizinho, os Palikur Arukwayene (Aruak), por se tratar de povos que guardam a probabilidade de estarem territorializados desde os primórdios da colonização holandesa na baía do Oiapoque, e cujos registros na literatura colonial são encontrados sobretudo em função da guerra fratricida que protagonizaram entre si, por mais de um século (Batista, 2023).

Na atualidade, sabe-se que o povo Galibi Marworno se constituiu de uma população heterogênea descendente tanto de grupos Caribe quanto Aruaque (Vidal, 2001), mas que foram classificados arbitrariamente pelo serviço indigenista brasileiro no curso do século XX como um povo Caribe. Desse passado colonial também digno de nota é o fato de que os caribe Galibi Marworno e os aruaque Palikur Arukwayene vivenciaram uma guerra fratricida que deixou profundos sulcos em sua memória, determinando, em alguma medida, a territorialidade atual dos povos indígenas da margem brasileira no baixo rio Oiapoque (Batista, 2020). Essa guerra ameríndia que delimitou territórios, etnicidades e práticas culturais também visibiliza discursos pendulares no que diz respeito à história ambiental da região. Nesse sentido, os saberes e os narrares sobre a familiarização da mandioca,

5 Segundo o autor “[s]ociedades anímicas são aquelas tipificadas pela reciprocidade que baseiam suas teorias sociais e cosmológicas no conceito de troca, enquanto aquelas caracterizadas pela predação interagem com o mundo exterior em relação à guerra e à vingança” (Riviére, 2001, p. 15), concluindo assim que a etnologia relativa à Guiana não se ajusta bem à economia da predação.

do açai, dos canídeos e dos caninos elaborados por ambos os povos podem compor uma história de longa duração que demonstra como sua aclimação à paisagem supõe um passado de convivência comum entre eles.

Concordando com a noção etnológica de uma reciprocidade que despreza a predação entre os povos guianenses, as narrativas sobre a origem dos cães de caça e de sua inserção na cultura Galibi, que conheceremos a seguir, parecem estar sempre ligadas a um processo de empréstimo e aliança celebradas com os antigos donos do território — seres não humanos genericamente chamados de karuãna— com quem seria preciso celebrar algum tipo de acordo.

Os Galibi Marworno, a aquisição e o preparo do saro saroro

Não sendo proposta deste artigo discutir a origem remota de cães de caça entre os povos originários da Amazônia guianense, convém ressaltar a presença desses animais em diários de navegadores quinhentistas, que outrora registraram seus primeiros contatos com lideranças indígenas do Caribe, anotando que estes se apresentavam aos homens de além-mar ostensivamente acompanhados de seus “cães e mastins perdigueiros” (Todo-rov, 2003, p. 47). Essa constatação, a partir de uma base documental importante, alimenta a controvérsia acerca da origem de cães domesticados na América do Sul.

Em aparente dualidade, a memória Galibi Marworno parece demonstrar tanto uma tentativa remota de amansamento de espécies canídeas locais, como uma inovação no relacionamento e uso de caninos disponíveis a partir da chegada dos brancos. Diferentemente dos Palikur Arukwayene, que querem insistir na origem remota, os Galibi Marworno admitem a chegada recente dos kaikôxi (*Canis familiaris*) em algum momento do século XX, por meio do escambo com grupos de garimpeiros, sendo realizado fora dos limites do território indígena, na região que hoje limita os territórios do município de Oiapoque com o vizinho Calçoene/Amapá. Esta chegada relativamente recente do “cachorro dos brancos” entre os Galibi Marworno no alto rio Uaçá, em meados do século XX, foi testemunhada por seu Raimundo Forte, ancião marworno, que compartilhou a memória de que os atuais caninos vieram ao território a partir de um assentamento dos brancos na região do rio Caciporé:

Antigamente, muitos anos atrás teve a exploração [da] indústria de pau-rosa e aí eles trouxeram os cachorros, os indígenas trabalhava e transportava o pau rosa para as indústria... Terminado o ciclo de pau-rosa veio o garimpo e o indígenas começaram a trabalhar no transporte dos brancos para a área do garimpo, na direção da Vila Velha do Caciporé... então os cachorros vieram dos brancos, mas foram “domesticados” com os sopros indígenas. Esse nosso cachorro surgiu no escambo de trocas de farinha, peixe, pirarucu, tucunaré salgado e as pele de jacaré... mas os animais eram muito fracos, a gente precisou preparar eles... (Narrativa do senhor Raimundo Forte. (Galibi Marworno) - Documentação e tradução de Clébio Forte, 2025 – Grifo nosso)



O relato do senhor Raimundo guarda a hipótese de um abandono relativamente recente das práticas de captura e tentativa de amansamento de canídeos nativos pelos indígenas no Uaçá, bem como a transferência da antiga “preparação” em animais silvestres sendo praticada nos novos caninos oportunamente adquiridos dos não indígenas. Note-se, contrastivamente, que na preparação do pewru (cão de caça) dos Palikur a ênfase é no empréstimo de tecidos e substâncias de predadores competentes com o objetivo de aguçar o poder de predação no canino em treinamento (Labontê et al., 2021). Ao passo que, entre os Marworno, a preparação de um kaikoxi (cachorro da aldeia) apto a enfrentar os perigos da vida extra-comunidade é realizada de forma inversamente proporcional, “doando-se” tecidos e partes do cachorro em preparação como uma oferenda aos antigos donos da floresta, a fim de que estes seres (os Karuãnas) não ataquem, façam adoecer ou matem o cão durante o múnus caçador.

Vale insistir que há uma clara distinção linguística entre os Galibi Marworno do Uaçá, que separa canídeos nativos (saro saroro) de cachorros domésticos (kaikoxi), mas ao mesmo tempo, nota-se uma intenção análoga anotada entre os Palikur do Urucauá, qual seja, o cultivo de animais com habilidades de predação ampliada (Labontê et al., 2021). Essas sofisticadas técnicas de treinamento, empréstimo e troca de tecidos biológicos com outros seres, concomitantemente a celebração de ritos particulares são práticas comuns entre os dois povos.

Abaixo, um vislumbre do atual Território Galibi Marworno no alto rio Uaçá, margem brasileira do Oiapoque, segundo a etnocartografia marworno (Figura 1):



Figura 1. Etnomapa retratando a calha alta do Rio Uaçá, onde um primeiro casal de filhotes saro sororo teria sido capturado segundo a narrativa. Arte de Clébio Forte (2025).



Para a presente reflexão, mais que uma origem presumida, interessam-nos os saberes e as técnicas praticadas pelos povos do Baixo Oiapoque na produção de cães de caça que selecionam e reproduzem animais adequados às suas atividades cotidianas de caça e coleta na vida extra-aldeia, o que nos leva às narrativas mnemônicas sobre a origem dos cães e, ainda, às nuances de uma história ecológica. Nesse quadro, encontramos informações que colocam os canídeos nativos e o cachorro doméstico introduzido pelos europeus em uma situação ambigua. Os dados sugerem que, no caso do Baixo Oiapoque, não apenas os primeiros foram familiarizados ou amansados —tendo supostamente constituído a origem dos cachorros nas atuais aldeias Palikur Arukwayene e Galibi Marworno—, como teriam as qualidades de ferocidade e predação reconhecidas nos canídeos nativos sido deliberadamente incorporadas aos cachorros de origem europeia, que ao serem traficados para a região foram alvo de trabalho especializado, a fim de incrementar suas habilidades cinegéticas.

A memória que tomamos em análise também parece reificar um processo de captura e posterior aliança celebrada com os antigos donos do território —seres genericamente chamados de karuãna— com quem foi preciso praticar algum tipo de acordo, a fim de viabilizar a tomada e o uso experimental de canídeos da floresta, o que nos parece apontar para a captura de distintas espécies da fauna e sua experimentação em temporalidades distintas. A esse respeito, uma narrativa compartilhada recentemente por uma anciã Galibi Marworno com Clébio Forte (2025) reproduz essa disposição:

Meu pai disse que a origem dos cães de caça entre o povo Galibi Marworno surgiu com um primeiro cachorro roubado por um homem que caçava rio acima, nas nascentes do Uaçá. Esse homem era bastante solitário. Era um caçador que habitava em uma ilha do alto Uaçá, conhecida com arapuca. Um dia esse índio saiu para tirar tawari e quando estava voltando para a sua canoa avistou entre as raízes de uma árvore três filhotes de saro saroro. O homem correu e pegou um casal de filhotes porque não viu a mãe deles por perto. Mas quando tocou nos filhotes apareceu a mãe dos filhotes, acompanhada da dona do lugar, a Djabdâbuá (Mãe do mato). Como estava perto da margem do rio o homem conseguiu pular em sua canoa e remando rápido desceu o rio, enquanto a mãe dos filhotes e a mãe do mato o perseguiam pela margem do rio. Por medo da mãe do mato que o perseguia o homem não parou mais em sua ilha e seguiu direto para a aldeia grande, onde mostrou o casal de filhotes para o povo. Foi desse primeiro casal de cachorros do mato que surgiram os cães de caça entre o nosso povo. (Narrativa da senhora Martilena Marworno - Documentação e tradução de Clébio Forte, 2025)

A versão Galibi Marworno a respeito da aquisição de seu primeiro casal de canídeos a serem incorporados (*Figura 2*) aparenta concordar com a versão de seus vizinhos Palikur Arukwayene, de que em distintos momentos e espaços os indígenas lançaram mão de canídeos nativos a fim de experimentar relações de mutualidade e convivência próxima. Dessa narrativa de primeira captura é possível inferir algum nível de convivência e posterior substituição entre a espécie nativa saro saroro e o recém-chegado kaikoxi, por



razões que argumentamos a seguir. Mas se há coincidência em narrativas etnicamente distintas sobre a origem da captura e amansamento pretérito de animais da floresta, também é preciso dizer que a atual preparação de cachorros domésticos guarda muitas diferenças entre si, tanto quanto ao método e calendário⁶ presumido, quanto à forma de inserir substâncias exógenas nos animais. Ainda assim, os Galibi Marworno insistem que a preparação de um cão de caça segue sendo um trabalho especializado, complexo e multifacetado, com resultados incertos no que diz respeito à conformação do comportamento do animal.



Figura 2. Ilustração da narrativa de captura do primeiro casal de filhotes saro sororo pelo caçador Galibi.
Arte de Clébio Forte (2025).

Com respeito às atuais técnicas de preparação dos cães de caça nas nascentes do rio Uaçá, há muitos detalhes dignos de nota. Por exemplo, é curioso perceber que o mesmo mecanismo terapêutico tradicional de que se utilizam os Marworno para curar os seres

6 Enquanto a preparação dos filhotes entre um clã Palikur é repetida exclusivamente todas as sextas-feiras, entre os Marworno as intervenções sobre os corpos dos caninos são realizadas uma única vez por mês, sempre na lua cheia.

humanos, que é o potáh (sopro medicinal), também é usado de forma adaptada para os cães em treinamento. Esse “assopro”, quando realizado por pessoas especializadas, faria com que o cão “fique esperto”, inteligente e melhore suas habilidades de comunicação com os humanos. Nesse caso, o potáh refere-se ao ato de assoprar fumaça com a boca sobre o filhote, acompanhado de um canto monótono que repete: “kaikuxi, kaikuxi, kaikuxi, kaikuxi ... Saro saroro, saro saroro, kaikuxi, kaikuxi, ituitairanã, ituitairanã saroro...”⁷. A tradução livre do canto significa uma invocação do preparador em direção aos saberes e instintos de caça do canídeo selvagem (saro saroro), que necessitam ser transferidos “do fundo do mato” (ituitairanã) em direção ao corpo do filhote de kaikoxi (*Canis familiaris*).

Na preparação de caninos praticada pelos Marworno atuais, consta ainda que os filhotes de cachorros domésticos que completam três meses de idade são levados a uma região de mata e lá o seu dono humano lhe arranca parte da cauda, enterrando o tecido no solo. Esse enterramento de tecidos do animal em treinamento é considerado como um pacto que o humano faz pelo cachorro, para que, em sua futura atividade de caça, o cão não se perca no mato ou seja agredido por um dos seres não humanos que habitam os territórios extra-aldeia. O procedimento supostamente faz com que os jovens kaikoxi possam frequentar territórios não antropizados, caçando com relativa segurança nas matas com a mesma desenvoltura percebida entre os canídeos nativos.

Outra técnica documentada junto aos Marworno na atual preparação dos seus cães de caça envolve a captura do muxdjifê⁸, uma espécie de vespa considerada perigosa e grande caçadora que ocorre nas matas do Uaçá (Figura 3). Esse inseto é desintegrado e sua paçoca é distribuída na comida do filhote que, por meio desse expediente, supostamente adquire o mesmo poder de predação do inseto:

7 Canto documentado e traduzido por Clébio Forte (2025).

8 O inseto é conhecido em português como caba-de-fogo.





Figura 3. A vespa muxdjifê retratada em sua atividade de caça.
Arte de Clébio Forte (2025).

Considerações finais

Difícil pensar na densa história ecológica do Baixo Oiapoque sem o necessário aporte dos saberes e historicidade dos povos originários. De forma análoga, não se pode desconSIDERAR o peso da colonização nas noções e memórias ameríndias referentes à constituição das paisagens e consequentes cadeias de relações sociopolíticas engendradas entre humanos e não humanos, naquela região. Do que pudemos ouvir e compartilhar até o presente é possível vislumbrar que a história ecológica do Oiapoque é uma construção em curso, permeada por relações políticas outras que transcendem o utilitarismo inerente às noções ocidentalizadas de ambiente e relações humanos/animais. Nesse sentido, auscultar as perspectivas indígenas sobre a incorporação de plantas, animais e outras categorias de não humanos ao mundo das pessoas impõe considerar que os humanos não são os únicos que importam, no sucesso ou fracasso das relações de cooperação estabelecidas entre diferentes espécies.

Note-se, contrastivamente, que na preparação do pewru (cão de caça) dos Palikur Arukwayene a ênfase é no empréstimo de tecidos e substâncias de predadores competentes com o objetivo de aguçar o poder de captura no canino familiarizado. Ao passo que entre os Galibi Marworno a preparação de um kaikoxi (cachorro da aldeia) apto a enfrentar



os perigos da vida extra-aldeia é realizada de forma inversa, doando-se tecidos e partes do cachorro em preparação como oferta aos donos da floresta. Em ambos os casos é possível perceber a ênfase nas técnicas de aceleração das habilidades de comunicação dos cães com os humanos, além da especialização nas dietas e às exclusividades na relação treinador/treinando, devendo levar-se em conta no último caso, uma possível novidade ou inovação técnica na adaptação dos ritos de assopros terapêuticos sobre os cães.

Em suma, os povos do Uaçá parecem considerar que os seus cães originais descendem de canídeos selvagens e (possivelmente) foram substituídos pelos cachorros dos brancos. Nos caninos recém-chegados houve um esforço de adaptação, onde se buscou introduzir certas qualidades dos já conhecidos cães do mato, a partir de experimentos e técnicas próprias de preparação de animais ideais que combinem elevado grau de sociabilidade com habilidades de predação ampliada. Evidentemente, a interlocução com a versão ameríndia da história ecológica da região do Baixo Oiapoque não se resume a controversa origem de cachorros na América, mas por intermédio dela quer demonstrar que a manutenção da boa vida e a celebração dos pactos de mutualidade entre espécies são compostas de experimentações criativas, que levam em conta as vontades e contingências de todos os envolvidos na rede da vida.

Agradecimentos

Os autores agradecem a leitura atenta da Professora Ros'elles Magalhães Felício.

Referências bibliográficas

- Acosta, Alberto (2016). *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Autonomia Literária.
- Barreto, Mauro Vieira (2016). *Soldados, comerciantes, colonos e índios: a disputa europeia pela foz do Amazonas*. Estudos Amazônicos.
- Batista, Ramiro Esdras Carneiro (2023). De colonialismos e memórias sitiadas: história, antropofagia e tecnologia bélica nas guerras guianenses. [Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém]. <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/17533>
- Batista, Ramiro Esdras Carneiro (2020). *Keka Imawri: narrativas e códigos da guerra do fim do mundo*. Comissão Mineira.
- Cunha, Manuela Carneiro da. (2019). A contribuição da pesquisa sobre povos indígenas. *Campos – Revista de Antropologia*, 20(2), 26-36. <https://doi.org/10.5380/cra.v20i2.71858>
- Chanda, Nayan (2011). *Sem fronteira*. Record.
- Froment, Alain. (2003). Introduction. Survivre en forêt équatoriale. En Alain Froment e Jean Guffroy (Eds.), *Peuplements anciens et actuels des forêts tropicales* (pp. 21-39). IRD Éditions.



<https://doi.org/10.4000/books.irdeditions.1486>

- Gaulme, François. (2003). Le manioc et son traitement. De l'Amérique à l'Afrique équatoriale: La diffusion de la farinha. En Alain Froment e Jean Guffroy (Eds.), *Peuplements anciens et actuels des forêts tropicales* (pp. 249-254). IRD Éditions. <https://doi.org/10.4000/books.irdeditions.1486>
- Guffroy, Jean. (2003). Introduction. En Alain Froment e Jean Guffroy (Eds.), *Peuplements anciens et actuels des forêts tropicales* (pp. 43-44). IRD Éditions. <https://doi.org/10.4000/books.irdeditions.1486>
- Labontê, Gesinei dos Santos (2018). Pewru-Ahavwukune: a incorporação do Canis familiaris na sociedade Palikur-Arukwayene. [Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, Licenciatura Intercultural Indígena, Universidade Federal do Amapá, Campus Oiapoque].
- Labontê, Gesinei dos Santos, Sanchez, Gabriel, Batista, Ramiro Esdras Carneiro e Vander Velden, Felipe. (2021). Amansar, familiarizar, animalizar: técnicas para hacer perros cazadores en la Amazonía. *Tabula Rasa*, 40, 25-50. <https://doi.org/10.25058/20112742.n40.02>
- Machado, Juliana Salles. (2006). Dos artefatos às aldeias: os vestígios arqueológicos no entendimento das formas de organização social da Amazônia. *Revista de Antropologia*, 49(2), 755-786. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012006000200009>
- Migeon, Gérald (2016). Homem e natureza: culturas arqueológicas na Guiana Francesa. Anais do Encontro Internacional de Arqueologia. Binacional do Oiapoque.
- Neves, Eduardo Góes (2006). *Arqueologia na Amazônia*. Jorge Zahar.
- Ramos, Claudiane de Menezes, Batista, Ramiro Esdras Carneiro, Iaparra e Azarias Ioio. (2023). “Mandioca dos índios”: narrativas e memórias das relações inauguradas entre humanos e plantas na fronteira Oiapoque (Amapá-Brasil). *Revista de História da UEG*, 12(2), e222313. <https://doi.org/10.31668/revistaueg.v12i2.13827>
- Rivière, Peter (2001). *O indivíduo e a sociedade na Guiana: um estudo comparativo sobre a organização social ameríndia*. EDUSP.
- Rostain, Stéphen. (2011). Que hay de nuevo al norte: apuntes sobre el ariste. *Revista de Arqueologia*, 24(1), 10-31. <https://doi.org/10.24885/sab.v24i1.312>
- Saldanha, João Darcy de Moura e Cabral, Mariana Petry. (2014). A longa história indígena na costa norte do Amapá. *Anuário Antropológico*, 39(2), 99-114. <https://doi.org/10.4000/aa.1261>
- Sarney, José e Costa, Pedro. (1999). *Amapá: a terra onde o Brasil começa*. Senado Federal, Conselho Editorial. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1034>
- Schaan, Denise Pahl (2007). Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 2(1), 77-89.
- Segura, Valentina e Sánchez-Villagra, Marcelo. (2021). Human-canid relationship in the Americas: an examination of canid biological attributes and domestication. *Mammalian Biology*, 101(4), 387-406. <https://doi.org/10.1007/s42991-021-00129-y>
- Sthal, Peter (2013). Early dogs and endemic South American canids of the Spanish Main. *Journal of Anthropological Research*, 69(4), 515-533.
- Tassinari, Antonella (2003). *No bom da festa: o processo de construção cultural das famílias Kari-puna do Amapá*. EDUSP.
- Todorov, Tzvetan (2003). *A conquista da América: a questão do outro*. Martins Fontes.



- Vander Velden, Felipe (2018a). *Jóias da floresta: antropologia do tráfico de animais*. EDUFSCAR.
- Vander Velden, Felipe. (2018b). Os primeiros cachorros: encontros interétnicos e multiespecíficos no sudoeste da Amazônia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33(97), 1-23. <https://doi.org/10.1590/339713/2018>
- Vidal, Lux Boelitz (2001). Mito, história e cosmologia: as diferentes versões da guerra dos Palikur contra os Galibi entre os povos indígenas da Bacia do Uaçá, Oiapoque, Amapá. *Revista de Antropologia*, 44, 117-147.
- Visigalli, Egle Barone e Sarge, Kristen. (2011). *La Montagne d'Argent: Un site remarquable de Guyane (Ouanary)*. Ibis Rouge. <https://search.worldcat.org/title/795444450>
- Wolf, Eric (2005). *A Europa e os povos sem história*. EDUSP.

Ramiro Esdras Carneiro Batista

<https://orcid.org/0000-0003-2050-7362>

ramiro.esdras.carneiro@gmail.com



Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor do quadro permanente da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), atuando com a formação de docentes no curso de Licenciatura Intercultural Indígena e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF-UNIFAP). Possui experiência profissional em gestão, docência, ensino, pesquisa e extensão no âmbito da educação pública brasileira. Colabora em pesquisas relacionadas a educação escolar indígena; socioambientalismos e antropogenias no Caribe amazônico; literaturas, memórias e narrativas de caráter intercultural.

Claudiane de Menezes Gomes

<https://orcid.org/0000-0002-8837-5565>

claudiane@unifap.br



Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP-Campus Binacional do Oiapoque), no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: agroecologia, manejo da biodiversidade agrícola, gestão ambiental e territorial, educação ambiental, ecologia histórica, segurança e soberania alimentar.

Clébio Forte

<https://orcid.org/0009-0001-5794-6644>

clebioforte62@gmail.com



Graduando em Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Federal do Amapá (CLII-UNIFAP). Pesquisador Galibi Marworno territorializado na ilha do Kumarumã (Terra Indígena Uaçá - Oiapoque/AP), no extremo setentrional da Amazônia brasileira. Colabora em pesquisas relacionadas a saberes tradicionais e educação escolar indígena.

